



TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico (CGRPJe)

Ata de reunião - 1/2019

1. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO

Data: 28/03/2019 | Hora: 15 h | Local: 24º andar do Ed. Sede - TRT-2

Tipo de reunião: Ordinária

2. PARTICIPANTES

Nome	Órgão	Assinatura
Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves (Coordenadora)	TRT-2	
Desembargador Eduardo de Azevedo Silva	TRT-2	
Juiz Paulo Kim Barbosa - Auxiliar da Presidência	TRT-2	(Ausência justificada - necessidade de serviço)
Juiz Moisés dos Santos Heitor - Auxiliar da Vice-presidência Administrativa	TRT-2	
Juíza Erotilde Ribeiro dos Santos Minharro - Auxiliar da Corregedoria Regional	TRT-2	
Juiz Titular Roberto Vieira de Almeida Rezende	TRT-2	
Juíza Titular Carolina Menino Ribeiro da Luz Pacífico	TRT-2	
Juiz Substituto Luis Fernando Feola	TRT-2	
Procurador-Chefe Erich Vinícius Schramm	MPT/SP	
Procurador Omar Afif	MPT/SP	(Ausência justificada - férias)
Dr. Rodrigo Guedes Casali	OAB/SP	(Ausência justificada - problema médico)
Procurador Virgílio Bernardes Carbonieri	PGE/SP	
Ana Celina Ribeiro Ciancio Siqueira - Secretaria Geral Judiciária	TRT-2	
João Nazareth Quirino de Moraes - Corregedoria Regional	TRT-2	(Ausência justificada - licença médica)
Maria Inês Ebert Gatti - Vice-presidência Administrativa	TRT-2	
Elizabeth Francoise Kolb - Gabinete de Desembargador	TRT-2	



**TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 2^a REGIÃO**

Conrado Augusto Pires - Varas do Trabalho (10 ^a VT/SP – Zona Sul)	TRT-2	
João Ricardo Crema de Oliveira - Vara do Trabalho (Calculista)	TRT-2	
Francisco Sorio Flor - Oficial de Justiça	TRT-2	(Ausência justificada - plantão)
Leonardo Tuffi Hassan Arruda - Secretaria de Turma	TRT-2	(Ausência justificada - Sessão de julgamento da 3 ^a Turma)
Mônica Sampaio Cavalcanti - Secretaria de Turma	TRT-2	
Secretaria de Tecnologia da Informação - Márcio Nisi Gonçalves	TRT-2	(Ausência justificada - Reunião do Comitê de Governança de TIC da JT)
Secretaria de Tecnologia da Informação - Oswaldo José Costa da Silva Leme	TRT-2	
Coord. Apoio à Utilização dos Sist. Jud. Eletrônicos - Michele Vieira Campos	TRT-2	

3. DELIBERAÇÕES

1. Problemas de performance do sistema PJe

Foram prestados esclarecimentos aos integrantes do Comitê Gestor Regional acerca das dificuldades de performance que vem sendo encontradas internamente desde a implementação da versão 2.3 do sistema PJe, apresentando um breve histórico das mudanças geradas pela implantação do painel KZ e também dessa versão. A Secretaria de Tecnologia da Informação relacionou, ainda, as providências já adotadas para solução do problema, bem como aquelas atualmente em execução. Foram identificados acessos anormais ao sistema, que impactam na performance dos usuários internos, caracterizando o acesso por *robôs*. Cientificados os membros do Comitê que a área técnica do TRT 2 fará o bloqueio de IP's e usuários com grande volume de requisições em lapso de tempo incompatível com a demanda ordinária. Tal ação, adotada com autorização do CSJT (conforme Ofício Circular CSJT.SETIC nº 6/2019), será também noticiada na página deste Regional.

2. Demanda apresentada pelo MPT

Pelo Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 2^a Região, Dr. Erich Vinícius Schramm, foi informado que não estão conseguindo utilizar o MPT Digital, via MNI, desde quinta-feira passada. O problema será analisado pela SETIC deste Tribunal.

3. Alteração do acervo eletrônico para acesso com certificado digital

Considerando que atualmente o acesso de usuários externos ao Acervo Eletrônico se dá exclusivamente com a identificação e senha cadastrada no Cadastro Unificado de Serviços e com o objetivo de permitir o acesso ao Acervo também por Procuradores, deliberou-se pela alteração do sistema, para permitir o acesso com certificado digital. Após informação da SETIC da data estimada para disponibilização da mudança do acesso ao sistema, sugerir à E. Presidência e Corregedoria Regional a alteração da Portaria GP/CR nº 09/2017.

4. Sugestões de melhorias do sistema PJe e de seus satélites

Na última reunião, realizada em 12 de dezembro de 2018, deliberamos por manter a suspensão da análise de sugestões de melhorias em razão dos projetos desenvolvidos regionalmente para a



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

versão 2.x do sistema PJe e do cronograma de expansão da habilitação do painel KZ para todas as unidades judiciárias do Tribunal.

Se, por um lado, a habilitação do painel KZ foi finalizada em 10 de janeiro de 2019, por outro, ainda há projetos regionais em andamento para a versão 2.x do sistema PJe (Projeto Perito para a versão 2.4 e Projetos Carta Precatória e SISCONDJ para a versão 2.5).

Considerando que, na próxima reunião do Grupo Técnico do CGRPJe, a ser realizada no 4 de junho de 2019, receberemos a visita do Dr. Fabiano de Abreu, Juiz Auxiliar da Presidência do TST e Coordenador do Comitê Gestor Nacional do PJe/CSJT, bem como do Dr. Luiz Evaristo Barbosa, Juiz integrante do Grupo de Negócios do PJe/CSJT, para acompanhamento dos projetos do PJe que estão sendo desenvolvidos regionalmente, analisaremos a suspensão temporária do recebimento de sugestões de melhorias após o encontro, na próxima reunião do Comitê.

5. PROAD nº 28873/2018 - Agravo de instrumento em Mandado de segurança de 1º grau

Deliberou-se por responder que se trata de matéria juridicamente controvertida, não havendo classe judicial específica para o agravo de instrumento de decisão em mandado de segurança de 1º grau na Tabela de classes judiciais do CNJ ou no sistema PJe.

6. Apresentação dos projetos em desenvolvimento por este Regional para a versão 2.x do sistema PJe

Foram apresentados os estágios dos projetos. Ratificada a aprovação dos Planos de Gerenciamento dos Projetos de Carta Precatória e SISCONDJ.

7. Cadastro das Procuradorias Municipais no sistema PJe de 1º e 2º graus

No início de dezembro de 2018, oficiamos às 23 Procuradorias Municipais faltantes, solicitando que os(as) Prefeitos(as) orientassem os(as) Procuradores(as) responsáveis a realizarem seu cadastro no sistema PJe de 1º e 2º graus, possibilitando, assim, o envio de notificações e demais intimações aos entes municipais somente via sistema.

Na ocasião, além da estrutura de apoio existente no Tribunal, ressaltou-se a possibilidade de tratativas para a cooperação no desenvolvimento de interoperabilidade com o sistema PJe nas funcionalidades existentes (MNI).

Informaram que não possuem estrutura técnica e de pessoal para a alteração da sistemática de recebimento de notificações/intimações os municípios de Arujá e Salesópolis.

Não procederam ao cadastro os municípios de Carapicuíba, Itapevi, Itaquaquecetuba, Osasco, Praia Grande e São Vicente, sendo que, neste último caso, foi realizada reunião com esclarecimentos aos Procuradores Municipais no dia 16 de maio de 2019 e aguardamos confirmação do interesse no cadastro.

Deliberou-se por oficiar novamente aos Municípios, com prazo de 3 (três) meses para a regularização do cadastro no sistema PJe.

4. FECHAMENTO

Data, hora e local a serem definidos oportunamente.